

ATA Nº 152
DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÊNIS DE
26 DE MARÇO DE 2017

Aos 26 de março de 2017, reuniu-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Ténis, adiante designada de FPT, no Hotel Tivoli Marlinotel de Vilamoura, no Algarve, marcada e com início pelas doze horas, com os delegados presentes, conforme estabelecido estatutariamente. Estiveram presentes delegados das Associações e representantes dos órgãos sociais, conforme lista de presenças assinada e arquivada.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros abriu os trabalhos, dando as boas vindas a todos os membros presentes.

Leu de seguida, a Ordem de Trabalhos da Assembleia, a saber:

PONTO UM : Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2016

PONTO DOIS: Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta relativa à profissionalização do cargo de Presidente da Direcção da FPT.

PONTO TRÊS: Apresentação, discussão e deliberação sobre a proposta relativa à alteração dos artigos 1º, nº 2 e 2º, número 1 dos estatutos de Federação Portuguesa de Ténis.

De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente da Direcção da FPT, Vasco Costa que iniciou a sua intervenção, agradecendo a disponibilidade de todos para se deslocarem ao Algarve para a realização desta assembleia geral. Salientou de seguida os considerandos mais relevantes constantes do relatório e contas em análise, destacando os resultados positivos do exercício, resultantes do aumento de receitas por via das novas parcerias e subsídios negociados, também das receitas provenientes das apostas desportivas do jogo placard e ainda pelas receitas provenientes das apostas on line, que representam já dois terços do total das receitas das apostas globais e da qual ainda só receberam a primeira parcela em outubro do ano em apreço. Finalmente a concorrerem para os resultados finais um controlo de custos bastante rigoroso. Esta situação, referiu ainda, permitirá que a FPT encare o ano de 2017 com bastante optimismo, abdicando de receitas resultantes dos contratos programa com o IPDJ, para as distribuir integralmente por todos intervenientes. Ainda no uso da palavra, destacou a reorganização do Centro de Alto Rendimento, adiante designado por CAR, com a criação do CAR feminino e com os factos mais relevantes ao longo do ano.

De seguida, passou a palavra à Senhora Vice Presidente, Cristina Oliveira, responsável pela elaboração e controlo das contas que, depois de cumprimentar a assistência, destacou as principais rubricas do relatório e contas em poder da assembleia. Durante a sua intervenção o Senhor Presidente da Direcção da FPT, Vasco Costa, pediu a palavra para informar que o processo relativo ao complexo do Jamor se encontrava em fase final de negociação, estando já em apreciação uma minuta para análise e formalização da FPT.

De novo no uso da palavra, a Senhora Vice Presidente, Cristina Oliveira, salientou que a FPT não tinha quaisquer dívidas a fornecedores, para além das correntes, propondo que os resultados obtidos sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

O Senhor Presidente da Direcção da FPT, Vasco Costa, por último, agradeceu a presença da Senhora representante da empresa Price Waterhouse que auditou e emitiu parecer sobre as contas em discussão.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros, perguntou à assembleia se alguém gostaria de intervir.

Pediu a palavra o Senhor António Flores Marques da Associação de Ténis da Madeira que, depois de parabenizar a Direcção pelos resultados apresentados, referiu que gostaria de ver reflectidos nas contas em pormenor, as despesas do Fomento e do CAR para perceber a forma como foram efectuadas, se no staff, se noutras rubricas.

Em resposta o Senhor Presidente da Direcção da FPT, Vasco Costa, disse que o aumento verificado nesses custos não tinha sido significativo, não estando em condições de o especificar porque, neste tipo de apresentação não era costume detalhar centros de custos.-----Sugeriu então o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros que a Associação de Ténis da Madeira solicitasse directamente à FPT, esse esclarecimento.-----De seguida, pediu a palavra o Senhor Mário Azevedo Gomes da Associação de Ténis de Lisboa, destacando a fase muito positiva no plano desportivo da modalidade, alertando contudo para a preocupação desta associação pelo decréscimo constante, nos últimos três anos, das licenças desportivas e pelo crescimento galopante do Padel, cujo controle foi perdido pela FPT, o que agravaria mais este cenário. Na sua opinião é urgente que os regulamentos sejam revistos e que algumas acções sejam tomadas com urgência por forma a ser superado este défice. Seguidamente, perguntou se os treinadores do CAR estavam em regime de full time para corrigir algumas anomalias verificadas no passado. Finalmente referiu que o aumento de custos evidenciado na rubrica do Simpósio de Treinadores, deveriam ter tido contrapartida nas receitas, uma vez que são suportados na totalidade pelos treinadores participantes nesse evento.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Direcção da FPT, Vasco Costa, esclareceu que as despesas do Simpósio de Treinadores tinham a contrapartida numa rubrica das receitas e que o seu resultado havia sido positivo. Relativamente ao contrato programa do CAR, este manter-se-ia igual, mas que a Direcção se iria debruçar sobre o tema e a questão levantada. Finalmente disse que o tema das licenças era prioritário para a Direcção que se iria debruçar sobre ele no mês de abril do corrente ano.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor Élio Cunha da Associação de Ténis de Leiria, que, depois de cumprimentar todos os presentes e parabenizar também a Direcção da FPT pelo trabalho desenvolvido, propôs um voto de louvor à Direcção. Disse ainda que o relatório e contas em análise criava uma responsabilidade acrescida à Direcção, em projectos como o Fomento e as licenças e que deveria ser feita uma assembleia extraordinária entre maio e junho para deliberar sobre revisão de regulamentos e taxas a praticar. Finalmente destacou com agrado a reversão da totalidade das verbas das filiações às associações.-----

Pediu então a palavra o Senhor António Paes de Faria da Associação de Ténis do Porto, que também em relação ao relatório e contas, apresentou os seus parabéns à Direcção da FPT. De seguida debruçou-se sobre os seguintes temas: Fomento, cuja realidade considera não estar bem espelhada neste relatório e contas, uma vez que houve alterações, diálogo, mas não uma estratégia bem definida o que se reflectiu também no decréscimo das receitas das licenças desportivas; CAR, tinha sido uma forma de funcionamento no segundo semestre de 2016, mas com muito pouco de informação e participação das Associações Regionais; APOSTAS DESPORTIVAS, gostaria de saber as verbas recebidas em valor absoluto e se o valor dos patrocínios estava na rubrica outros.-----

O Senhor Presidente da Direcção da FPT, Vasco Costa, respondeu que o jogo Placard gerou uma receita de cerca de quinhentos mil euros e as apostas on line cerca de novecentos e muito mil euros e que esta informação estava evidenciada nas notas dos anexos à contas.-----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor José Rosa Nunes da Associação de Ténis do Algarve que, como anfitriões desta assembleia e do evento internacional de Ténis em Cadeira de Rodas, se sentiam muito felizes pela presença de todos, apresentado também os seus parabéns ao Vilamoura Ténis pela organização do mesmo. Referiu ainda que gostaria que a sua associação gostaria de ver mais provas internacionais do escalão Juvenil no Algarve. Também manifestou a sua preocupação quanto à diminuição das licenças e o aumento do Padel em detrimento do ténis. Contudo, continuam a implementar no terreno o projecto do fomento, indo às escolas e câmaras municipais, solicitando um diálogo fluido com a Direcção da FPT.-----

-----Usou depois da palavra o Senhor João Pedro Mendonça da Associação de Ténis da

Madeira que, depois de evidenciar a competência desta Direcção se associou às preocupações já evidenciadas pelos anteriores intervenientes quanto ao Fomento e ao crescimento do Padel. Referiu ainda que na Madeira, a associação tem feito um grande esforço no investimento em trazer crianças para a modalidade.

Em consonância com as anteriores intervenções o Senhor Filipe Serrote da Associação de Ténis do Alentejo e depois de saudar a Direcção pela sua gestão, se associou ao voto de louvor proposta pela Associação de Ténis de Leiria. Deu nota ainda do esforço que esta associação tem feito para combater a interioridade e sugeriu que se explorasse mais o Ténis de Praia e Ténis em Cadeira de Rodas.

Não havendo mais intervenções e para encerramento deste ponto o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros, submeteu a votação o Relatório e Contas, bem como o Voto de Louvor proposto à assembleia. Ambos foram aprovados por unanimidade. De seguida deu início à apresentação, discussão e aprovação do PONTO DOIS da ordem de trabalhos, referindo que a proposta apresentada pela Associação de Ténis do Algarve, da qual fez a sua leitura e faz parte integrante desta ata era a que estava em discussão. Fez a explicação desta proposta à assembleia e declarou a sua legalidade depois de devidamente analisada pela Mesa Assembleia Geral. Disse ainda que, apesar de não estar contemplada nos estatutos da FPT, esta composição da Comissão de Remunerações proposta, pela sua especificidade, não se configurava neles. Disse finalmente que, a confiança que a assembleia iria depositar na aludida comissão ao aprovar esta proposta, não inviabilizaria a sua revogação por este órgão. De seguida deu a palavra à assembleia.

O Senhor Mário Azevedo Gomes da Associação de Ténis de Lisboa, concordando com a ideia, disse não se sentir mandatado para votar, uma vez que a sua associação havia recebido os termos da proposta no próprio dia desta assembleia. Não tinha tido tempo para debater em sede da Direcção da sua associação a proposta, não lhe sendo possível, por isso, votá-la. Disse ainda que o documento deveria reflectir alguns princípios da forma de actuação do Presidente da FPT e por fim, perguntou se não seria necessário um orçamento rectificativo.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros, em resposta, disse entender a intervenção da Associação de Ténis de Lisboa, mas que este tema havia já sido debatido em anterior assembleia geral e que, ao constar da ordem de trabalhos, poderia ter sido alvo de discussão nas associações, por forma a estarem em condições de votar. Mais disse que, o documento não define as tarefas do Presidente, nem a forma e o tempo em que desenvolverá a sua actividade. Era contudo seu entendimento que, essa comissão deveria definir o que será expectável da actividade do Presidente, fixando critérios de laboração assim como a sua remuneração.

O Senhor Presidente da Direcção da FPT, Vasco Costa, pediu a palavra só para dar nota que apesar da remuneração do Presidente ser um custo, já teria negociado parcerias para o ano em curso que superavam em muito essa remuneração.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros, para referir que marcar uma assembleia geral extraordinária por este motivo não faria sentido na medida em que o seu impacto não põe em causa o orçamento da FPT.

O Senhor Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Rui Bastos, reforçou que a comissão de remunerações iria ter em conta esta nova realidade à semelhança do que já havia acontecido noutras federações desportivas. Disse ainda que isso não significaria que, numa próxima assembleia a situação e os próprios estatutos não pudessem ser alterados.

Pediu a palavra o Senhor Mário Azevedo Gomes da Associação de Ténis de Lisboa, referiu que tinha entendido a explanação do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros mas que, ainda assim se as regras estivessem sido já definidas a sua associação poderia ter tomado uma posição oficial.

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros, perguntou então se a Associação de Ténis de Lisboa não concordava com a proposta e que estava em seu pleno poder para o fazer.-----

----- O Senhor Mário Azevedo Gomes da Associação de Ténis de Lisboa, respondeu dizendo que não tinha dito isso, mas tão somente que não havia tido tempo para a discutir com a restante Direcção da sua associação.-----

----- Propôs então o Senhor João Pedro Mendonça da Associação de Ténis da Madeira, para não protelar mais o assunto e como o Presidente já havia adiantado a sua disponibilidade para o exercício do cargo em exclusividade, que se votasse a proposta com a qual a sua associação concordava e que, ficava com a impressão que outras associações haviam adormecido um pouco sobre o assunto.-----

----- O Senhor António Paes de Faria da Associação de Ténis do Porto, concordou que a proposta havia chegado atrasada à sua associação e que apenas na viagem para o Algarve a havia discutido com o seu Vice Presidente. Concorda com a delegação de competência na Comissão de Remuneração, mas que tinha dúvidas no que respeitava aos pontos 2 e 3 da proposta e disposições finais.-----

----- O Senhor Pedro Frazão da Associação de Ténis do Algarve autora da proposta esclareceu que, sendo um assunto novo, lhes pareceu mais correcta a criação desta comissão independente com um mandato igual ao da Direcção, estabelecendo a forma de actuar e remuneração do Presidente, revendo-a anualmente.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros, disse que a Comissão nomeada estará obrigada a informar a assembleia geral das alterações, devendo mesmo comunicar às Associações Regionais a remuneração fixada. Quanto às disposições finais concorda com a intervenção da Associação de Ténis do Porto, mas que ainda assim se tratava de um procedimento administrativo.-----

--- O Senhor António Paes de Faria da Associação de Ténis do Porto considerou-se esclarecido e propôs apresentar uma proposta complementar votando que seja delegada à Comissão de Remunerações a fixação da mesma para o Presidente, a qual votariam favoravelmente e que relativamente ao regulamento não tomariam posição por desconhecerem em concreto a mesma. Ou seja a proposta apenas votaria a criação Comissão de Remuneração quanto à remuneração e nada mais.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros respondeu dizendo que o apresentado era uma proposta e não um regulamento e que a composição da referida comissão não poderia deixar de ser fixada.-----

Sugeriu então o Senhor Élio Cunha da Associação de Ténis de Leiria que fosse decidida desde já esta proposta e que fosse agendada uma assembleia geral extraordinária a efectuar até Junho próximo para apresentação da remuneração fixada e aprovação de um orçamento rectificativo.--

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros disse que era da competência exclusiva da Direcção a decisão de apresentar ou não um orçamento rectificativo---

O Senhor Carlos Carvalho da Associação de Ténis de Setúbal, levantou então a questão se não fosse definida a composição da Comissão de Remunerações desde já para quando o seria.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros considerou encerrada a discussão sobre o assunto e pôs à votação a proposta apresentada pela Associação de Ténis do Algarve que teve como resultado:-----

VOTOS CONTRA - 0 (ZERO).-----

ABSTENÇÕES - 7 (SETE) das Associações de Leiria, Porto, Castelo Branco, Lisboa-----

VOTOS A FAVOR - 14 (CATORZE) das restantes associações.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros anunciou o resultado da votação e considerou que, face ao resultado da mesma a proposta apresentada pela

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÊNIS
RUA ACTOR CHABY PINHEIRO, 7ª
2795-060 LINDA-A-VELHA
Contribuinte nº 501 048 448

Associação de Ténis do Porto deixava de fazer sentido. Disse ainda que a assembleia poderia ficar tranquila quanto ao tratamento de toda esta questão.

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Maria Calheiros deu início ao PONTO TRÊS da ordem de trabalhos, esclarecendo que a proposta visava atualizar a verdadeira morada da sede da FPT, bem como retirar a designação do Padel face à alteração verificada. Não havendo quaisquer pedidos de esclarecimentos a proposta foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais assuntos, o Senhor Presidente da Assembleia Geral, José Maria Calheiros, deu a mesma por encerrada pelas 13.45 horas desejando a todos um bom regresso e, da qual, se lavrou a presente ata que será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Vilamoura, 26 de março de 2017

O PRESIDENTE DA MESA

O VICE PRESIDENTE DA MESA

O SECRETÁRIO DA MESA